

ANO XIX N. 138 22/10/2021

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

[EDITAL N. 9, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021](#)

Cientifica os(as) Exmos.(as) Desembargadores(as) a fim de que, querendo, formulem impugnação à permuta de Turmas, formulado de forma conjunta pelos Exmos. Desembargadores Antônio Neves de Freitas e Manoel Barbosa Silva, de modo que o primeiro passe a compor a 5ª Turma e o segundo passe a integrar a 3ª Turma; ou exerçam o direito de preferência, observada a antiguidade, sendo que as manifestações deverão ser protocolizadas por e-PAD direcionado à Secretaria-Geral da Presidência, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, após a publicação deste edital.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 21/10/2021, p. 1)

[PORTARIA GP N. 247, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021](#)

Dispõe sobre a equipe de transição dos cargos de direção deste Tribunal para o biênio 2022/2023.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 21/10/2021, p. 7-8)

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[ATO CSJT.GP.SG.NGC N. 81, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021](#)

Institui grupo de trabalho destinado a realizar estudos para propor medidas que visem disciplinar procedimentos no compartilhamento de áreas dos imóveis com outros órgãos públicos, propor critérios e diretrizes para a ocupação dos imóveis e rever referenciais de áreas previstos pela Resolução n. 70/2010.

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 20/10/2021, p. 2-3)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[PORTARIA CNJ N. 270, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021](#)

Institui Grupo de Trabalho para otimizar a estrutura de cargos comissionados no âmbito do Poder Judiciário da União, nos termos do art. 24, parágrafo único, da Lei n. 11.416/2006.

(DJe/CNJ 21/10/2021, p. 13)

[PORTARIA CNJ N. 269, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021](#)

Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para definições de termos da minuta do novo normativo que versa sobre contratações de Soluções de TIC no Poder Judiciário.

(DJe/CNJ 22/10/2021, p. 2-3)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[LEI PL N. 14.193, DE 6 DE AGOSTO DE 2021](#)

Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico; e altera as Leis n.ºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

(DOU 9/8/2021, Seção 1, p. 2-4)

[LEI PL N. 14.195, DE 26 DE AGOSTO DE 2021](#)

Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Lei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei nºs 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências.

(DOU 27/8/2021, Seção 1, p. 4-12)